

ARTIGOS

Diversidade e formação docente: um desafio para o avanço da Educação

Antônia Vitória Soares Aranha¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo delimitar uma compreensão do que seja a diversidade, bem como contextualizá-la no quadro brasileiro. Pretende, também, interrogar a formação docente na atualidade e apontar indicadores que relacionam um avanço da formação docente e o respeito e preservação da diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: formação docente, respeito, preservação da diversidade

¹ Professora associada da Faculdade de Educação e Pró-Reitora de Graduação da UFMG.

1. BREVE ENTENDIMENTO DO QUE VEM A SER A DIVERSIDADE

Antes de mais nada, é importante delimitarmos o nosso entendimento sobre o termo central do texto, ou seja, conceituarmos a diversidade.

Falar sobre diversidade é tentar entender a variedade e convivência de idéias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. A idéia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade. (GURGEL, 2011, p. 1).

A diversidade, portanto, indica os diferentes valores, costumes, vivências existentes entre distintos grupos de uma sociedade. Segundo o mesmo texto de Gurgel, do ponto de vista da Antropologia, entender a diversidade contemplaria entender diferentes hábitos, costumes, comportamentos, crenças e valores, “e a aceitação da diferença no outro chamada de alteridade” (GURGEL, 2011, p. 4). Mas, complementa, “é no campo da Cultura que a diversidade, por meio do Multiculturalismo, apresenta-se como o grande desafio dos vários ramos do conhecimento” (GURGEL, 2011, p. 5).

Trata-se, assim, de compreender culturas diferentes, de diferentes agrupamentos sociais. Diversidade relaciona-se com a diferença, mas nada tem a ver com classificações quanto à inferioridade ou superioridade de um grupo sobre o outro. Em outras palavras, respeitar a diversidade não significa ser tolerante com valores, costumes, hábitos que julgamos inferiores aos nossos.

Portanto, a diversidade inclui o respeito ao diferente, reconhecendo-o, na sua diferença, com os mesmos direitos que nós outros. No entanto, vale o alerta de Candau (2008) ao dizer que “as relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, elas estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos” (p. 23).

Segundo o embaixador do Brasil na UNESCO, Antônio Dayrell de Lima, no sítio dessa instituição, ao expressar-se sobre o que é a diversidade e sua necessidade, afirma:

Mas “diversificar é preciso”: a diversidade cultural é, em certo sentido, o próprio reflexo da necessidade abrangente da múltipla diversidade de vidas na Natureza, a fim de que essa possa como um todo renovar-se e sobreviver. A cultura é a “natureza” do homem. A diversidade cultural pode ser vista, por conseguinte, como a nossa “biodiversidade” – aquela que deveríamos preservar, se não quisermos estiolar em um mundo globalizado que seria desprovido dos conteúdos, valores, símbolos e identidades que nos dizem intimamente respeito (Ministério da Cultura, 2003).

O respeito à diversidade relaciona-se intimamente com o direito a inclusão social. Sem pretender aprofundar nas múltiplas compreensões do que seja inclusão, importa registrar que o respeito ao diferente não é totalmente coerente se não vier acompanhado da compreensão desse diferente aos mesmos direitos, entre eles, a educação, em todos os seus níveis.

Posta essa compreensão de diversidade, podemos afirmar que ela atinge inúmeras dimensões – como raça, gênero, orientação sexual, dimensão geracional e regional; e inclui diversos grupos – de indivíduos com diferenças socioeconômicas, de portadores de deficiências físicas e mentais, entre vários outros.

2. A DIVERSIDADE NO BRASIL

Apesar da influência marcante da cultura de matriz européia por força da colonização ibérica em nosso país, a cultura tida como dominante não conseguiu, de todo, apagar as culturas indígena e africana. Muito pelo contrário, o colonizador europeu deixou-se influenciar pela riqueza da pluralidade cultural de índios e negros. No entanto, o modelo de organização implantado pelos portugueses também se fez presente no campo da educação e da cultura. (FERNANDES, 2005, p. 378)

Pelo exposto acima, ainda que tenhamos inúmeras diferenças, distintos grupos sociais, há dois grupos que se destacam enquanto referência de preconceito e discriminação: os negros e os indígenas.

Ainda de acordo com Fernandes (2005):

Pesquisas já realizadas pela Fundação Carlos Chagas (1987) têm demonstrado o quanto nossa escola ainda não aprendeu a conviver com a diversidade cultural e a lidar com crianças e adolescentes dos setores subalternos da sociedade. Os dados revelam que a criança negra apresenta índices de evasão e repetência maiores do que os apresentados pelas brancas. A razão disso tudo, segundo a pesquisa, era devido aos seguintes fatores: conteúdo eurocêntrico do currículo escolar e dos livros didáticos e programas educativos, aliados ao comportamento diferenciado do corpo docente das escolas diante de crianças negras e brancas. (p. 381)

Mas, se é gritante o tratamento dado a esses segmentos sociais, não se pode dizer que é menos preocupante o tratamento dado aos oriundos de regiões mais pobres do nosso Estado e do Brasil, aos estudantes que ingressam com faixas etárias maiores em nossas universidades, aos portadores de deficiências. E o que dizer sobre o preconceito contra as mulheres e aqueles e aquelas que têm orientação sexual diversa do padrão dito normal?

Reportagens e pesquisas recentes mostram um fato preocupante: o preconceito tem recrudescido na nossa sociedade. O site da UOL, no dia 14 de abril de 2009, denunciou a existência de inúmeras comunidades de relacionamentos no Orkut altamente preconceituosas e mesmo criminosas: algumas defendem a prática de estupro em lésbicas como medida corretiva, outras defendem a morte a gays, mendigos, negros tal como a comunidade “Gay Bom é Gay Morto” e “Pela Legalização do Racismo”.

Portanto, é altamente preocupante como a sociedade e a escola, em particular, vêm lidando com essa temática, especialmente na formação docente.

Antes, porém, de abordar diretamente a relação entre formação docente e diversidade, interessa apresentar alguns problemas, muitos já bem antigos quanto à formação dos nossos docentes para a Educação Básica.

3. AS DIFICULDADES DA NOSSA FORMAÇÃO DOCENTE

A formação docente sempre tem se constituído um desafio constante para o avanço profissional e para o aprimoramento educacional. Segundo o próprio Conselho Nacional de Educação (CNE), no parecer 09/2001 sobre a reforma das licenciaturas, apesar da democratização do acesso à Educação Básica ter avançado enormemente em nosso País, há problemas sérios a serem superados na aprendizagem dos alunos no sentido de permitir-lhes um acesso real ao conhecimento sistematizado, ao acervo cultural acumulado pela humanidade, entre outros, ou seja, a construção de uma educação realmente inclusiva.

Entre os problemas apresentados por esse documento e por especialistas na área, podemos identificar:

1) A concepção predominante nos cursos superiores voltados para a licenciatura onde concebe-se a formação docente como apenas um apêndice dos conteúdos gerais da graduação ou bacharelado. Assim, estabeleceu-se o modelo "3 + 1" onde dedica-se 3/4 da formação para conteúdos específicos da área e um quarto para as chamadas "disciplinas pedagógicas". Esse modelo tem como pressuposto que o essencial para a formação dos professores é o domínio dos conteúdos específicos da área. A problemática educacional transforma-se apenas num verniz pedagógico, trabalhado insuficientemente nos cursos e muitas vezes pouco compreendido pelos alunos e outros professores das licenciaturas. Na verdade, a formação docente tem especificidades que devem ser contempladas em todas as áreas e conteúdos. Assim, devem ser encarados de forma diferenciada os conteúdos de um curso de química voltado para a formação de bacharéis e outro para a licenciatura. Enfim, formar professores é uma atividade que deve envolver o conjunto dos docentes, das disciplinas e atividades do curso e não apenas das disciplinas pedagógicas.

2) A dificuldade em se estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática. Isso se apresenta na maneira como os futuros professores têm contato com a prática profissional – no geral, em estágios de final de curso, ou em momentos pontuais no decorrer dele. Essa precariedade fragiliza enormemente a formação docente e os futuros professores. Problemas como diferenças culturais entre os alunos, violência nas escolas, aprimoramento docente são, no máximo, vistos teoricamente, mas os alunos têm enormes dificuldades em enxergar respostas concretas já que lhes falta a necessária experimentação.

A LDB 9394/96 apresenta alguns avanços com relação à formação dos professores. Em seu artigo 61, coloca que nos cursos de formação deverá haver "associação entre teorias e práticas". Entretanto, é necessário constatar que, para a imensa maioria dos cursos essa ainda não é uma realidade.

Segundo Barros (2004, p.66):

Hoje, a formação dos professores ainda é desenvolvida com base em estudos e modelos fundamentados numa realidade idealizada que nunca se concretizou. Assim, se continuar esse mesmo modelo de formação, dentro de um contexto social de grande avanço científico e tecnológico e de transformações sociais daí decorrentes, o trabalho docente não será o mais adequado para formar as gerações atuais e futuras, pois a simples transmissão de saber pode ser feita melhor por um computador e Internet do que por um professor.

3. Um terceiro problema a ser considerado é a proliferação da rede privada de ensino, em que, sem dúvida, em sua maior parte, é voltada para cursos de licenciatura por serem “mais baratos” e, portanto, atraírem uma maior clientela. Sabemos da precariedade da maioria dessas instituições e, apesar da ampliação de vagas nas universidades públicas, especialmente nas federais, a desproporção ainda é preocupante. Assim, é ainda na rede privada que se forma a grande maioria dos docentes para a Educação Básica. Esse fato reforça a fragilidade da formação docente no Brasil.

4. Outro problema é a insuficiente relação entre ensino e pesquisa na formação docente e no trabalho docente. Já vimos como a licenciatura é concebida, na maioria das vezes, como uma atividade menor nas universidades e centros de formação docente. É comum escutar-se frases tais como “formar pesquisador ou formar professor” entre professores do ensino superior, numa clara contraposição entre formação docente e atividade de pesquisa. Este estigma persegue a atuação docente e o trabalho docente, na maioria dos casos, é uma atividade rotineira e pouco reflexiva, tornando-se o docente um mero implementador de tarefas, sem capacidade de questionar e avaliar a sua prática.

Quanto à ausência da atividade de pesquisa na prática docente, quanto à não incorporação do professor em enxergar-se como um professor-pesquisador, Santiago (2002, p. 22) aponta-nos o seguinte panorama:

É nesse sentido que a superação da lógica da hierarquização entre os que pesquisam, pensam, planejam, prescrevem e os que apenas propõem e executam a educação escolar, somente será superada na medida em que os educadores que realizam o trabalho pedagógico no cotidiano da escola, abandonando a consciência ingênua e a visão restrita a questões intra-escolares, assumam, coletivamente, a atitude de intelectuais curiosos e comprometidos com o estudo de sua realidade.

O parecer do CNE é enfático quanto à necessidade da incorporação da ação investigativa no trabalho docente. Segundo esse documento, “o professor como qualquer outro profissional lida com situações que não se repetem nem podem ser cristalizadas no tempo.” (2001, p. 35). Assim, é necessário que ele faça permanentes ajustes em sua atuação, em tempo hábil, para que possa aprimorar a sua prática pedagógica. “Além disso”, continua o texto, “os resultados das ações de ensino são previsíveis apenas em parte. O contexto no qual se efetuam é complexo e indeterminado, dificultando uma antecipação do trabalho pedagógico.” (p. 35).

Por essas razões, a pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho do professor refere-se, antes de tudo, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos seus alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seu objeto de ensino (2001, p. 37).

FORMAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE

Como formar, então, nossos docentes para que a escola pratique o respeito à diversidade e impulsione a inclusão?

Candau (2005), aponta a necessidade do rompimento com o chamado *daltonismo cultural* e o reconhecimento *do arco-íris das culturas* como uma nova prática educativa a ser implementada no dia a dia das escolas. Nesse sentido, a negociação cultural e a percepção da escola como espaço de crítica e produção cultural constituem-se iniciativas fundamentais para o arejamento e avanço das práticas pedagógicas.

Moreira e Câmara (*apud* CANDAU; MOREIRA, 2008), analisando a relação entre currículo e identidade, indicam como se deve trabalhar com as identidades e com as diferenças na sala de aula. Para isso, estabelecem a necessidade de se adotar as seguintes práticas: 1) procurar aumentar a consciência das situações de opressão que se expressam em diferentes espaços sociais; 2) propiciar ao/à estudante a aquisição de informações referentes a distintos tipos de discriminações e preconceitos; 3) estimular o desenvolvimento de uma imagem positiva dos grupos subalternos; 4) favorecer a compreensão do significado e da construção de conceitos que têm sido empregados para dividir e discriminar indivíduos e grupos, em diferentes momentos históricos e em diferentes sociedades; 5) facilitar ao/à estudante a compreensão e a crítica dos aspectos das identidades sociais estimulados pelos diferentes meios de comunicação; 6) propiciar ao aluno a possibilidade de novos posicionamentos e novas atitudes que venham a caracterizar propostas de ação e intervenção; 7) articular as diferenças (CANDAU; MOREIRA, 2008).

Fernandes contribui ao afirmar que:

Um dos gargalos do sistema educacional brasileiro reside na qualificação do corpo docente, sobretudo os que exercem o magistério nas séries iniciais do ensino fundamental. Esses professores, na sua grande maioria de formação polivalente e sem curso superior, precisam estar habilitados a trabalhar com essa nova temática curricular. Sugere-se, para tanto, um esforço por parte dos órgãos governamentais ligados à área de promoção da igualdade racial, no sentido de oferecer, em parceria com as instâncias educacionais, cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático-pedagógico que possa dar suporte técnico a atuação desses docentes no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem (2005, p. 385).

Um exemplo interessante de como trabalhar a questão de gênero veio de professores de Pernambuco, no projeto Educadores em Rede, de 2008: *Leitura do imaginário feminino a partir da análise de longas metragens de desenho animado que tratam a cultura feminina no que diz respeito ao potencial da mulher na superação das dificuldades e promoção de realizações*, da Professora Juliane Karla de Freitas (Prefeitura do Recife, 2008):

"A relação existente entre a cultura, a mulher e a força historicamente construídas para tentar melhor compreender a realidade vigente, tendo como fim a transformação de atitudes e práticas discriminatórias em relação à mulher, foi o objetivo deste trabalho. Procuramos identificar o papel da mulher na sociedade, perfazendo uma linha imaginária do tempo, para entender e desmistificar o que é cultura, como são geradas as situações discriminatórias e violentas em relação à mulher. Discutimos sobre o que é ser mulher, as diferenças entre homens e mulheres nas questões biológicas e culturais, estabelecendo semelhanças e diferenças entre a situação da mulher representada nos filmes e a mulher dos dias atuais."

NOTAS CONCLUSIVAS

Há, por parte de vários entes federados (União, Estados e Municípios) uma preocupação crescente com a formação docente enquanto requisito básico para o avanço da Educação no País. Muitos deles têm criado programas de formação tanto inicial quanto continuada para os professores no sentido de aprimorar o fazer docente, o trabalho pedagógico.

Sem dúvida, essas iniciativas são primordiais, mas seria importante pontuar algumas questões:

O avanço da Educação Básica não ocorre apenas com o aprimoramento da formação docente, mas, também, com o melhoramento das condições materiais e simbólicas de como o trabalho docente é realizado. Isso implica melhores salários, melhores condições de trabalho, condições dignas de vida. Mas também a alteração no imaginário social do que é ser professor ou, por outro lado, da valorização do professor enquanto profissional essencial para o desenvolvimento do país em todas as dimensões. Ou seja, implica uma alteração cultural sobre o ser docente, capaz de resgatar-lhe a dignidade enquanto profissional como ocorre com outras carreiras.

Essa formação, para ser mais efetiva, deverá ser profundamente contextualizada nas condições do Brasil. E, sem dúvida, um aspecto a ser exaustivamente trabalhado é a questão da diversidade. Diversidade englobando todos os sujeitos do processo: alunos, professores, trabalhadores da educação em geral, como também da comunidade na qual a escola está inserida.

REFERÊNCIAS

BARRO S, Kárita de O.S. *As intencionalidades e os desdobramentos do CAPP no trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 09/2001 de 18 de janeiro de 2002. Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 5 fev. 2006.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio. F. (Orgs). *Multiculturalismo – Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer 09/2001 sobre a reforma das licenciaturas. Brasília. 2001.

FERNANDES, José Ricardo Oriá Fernandes. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005

GURGEL, Ângela M. Rodrigues. *Diversidade Cultural*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/1885115>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. LIMA, Antonio A. Dayrell. *Diversidade Cultural*. 2003.

MOREIRA, Antônio F. B.; CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (Orgs). *Multiculturalismo – Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

SANTIAGO, Anna Rosa F. *Leitura crítica e pesquisa educacional: dimensões da formação docente*. In: MELLO, Reynaldo. I. C. (Org.). *Pesquisa e formação de professores*. Cruz Alta: Centro Gráfico UNICRUZ, 2002. (Série Interinstitucional Universidade-Educação Básica).

RECIFE. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Recife. Diretoria Geral de Ensino e Formação Docente. *Educadores em rede: articulando a diversidade e construindo singularidades*. Recife: Prefeitura do Recife, 2008.